

Editorial

A Universidade Santa Úrsula apresenta o primeiro número da Revista Eletrônica *Serviam Juris*, de seu Curso de Direito.

A publicação, que outrora existiu em meio impresso, pretende, na nova fase que se inaugura, oferecer à comunidade científica contribuições que direta ou indiretamente se relacionam ao Direito, em suas diversas áreas, sobretudo à interpretação e concretização dos Direitos Fundamentais. Neste primeiro volume contamos com colaborações que abordam importantes questões teóricas e práticas do Direito.

No âmbito das reflexões teóricas, diferentes artigos destacam a relação entre a globalização e a realização dos Direitos Humanos, a relação entre Ética, Moral e Direito e a compreensão hermenêutica do Direito a partir da Hermenêutica Filosófica. No âmbito das reflexões práticas, diferentes artigos abordam questões como o Direito Fundamental Cultural à Educação e à Literatura, *Criminal Compliance*, o Direito Penal mínimo e, por fim, a função e o controle jurisdicional de políticas públicas no Estado Democrático de Direito.

A Revista Eletrônica *Serviam Juris* apresenta-se como veículo de promoção dos debates dos temas em que se empenha o Grupo de Pesquisa “Democracia, Razão e Desafios dos Direitos Fundamentais no Brasil”, abrigado na Universidade Santa Úrsula, que reúne Linhas de Pesquisa, Projetos de Pesquisa e outras atividades que conectam os conceitos de Democracia e Razão com os desafios da fundamentação e da efetivação dos Direitos Fundamentais no Brasil.

A Democracia se consolidou, na Modernidade, como regime político predominante no Ocidente, mas mantém-se como tarefa permanente para a qual também se espera a contribuição da Filosofia, da Ciência Política, da Ciência do Direito. Na Revolução Francesa ela é definida a partir da ideia de soberania popular, como processo de produção da ordem jurídica em que os autores são ao mesmo tempo os seus obrigados. Mas se a ideia de soberania popular justifica o governo democrático, por outro lado os Direitos Fundamentais (que inicialmente foram criados para proteger a elite burguesa contra abusos do poder estatal) limitam o poder da maioria, garantindo que ela não oprimam a minoria. Com isso, a Democracia não se limita à ideia de soberania popular, sendo essencialmente marcada pela presença dos Direitos Fundamentais como seu fundamento e sua finalidade.

As investigações no Grupo de Pesquisa focalizam, assim, a Democracia e os Direitos Fundamentais como tarefas e desafios permanentes, estudando as tensões e contradições que marcam sua relação concreta e assumindo que a realização efetiva de ambos apenas seja possível de modo integrado (não há Direitos Fundamentais sem Democracia, não há Democracia sem Direitos Fundamentais).

Essa problematização da tensão e da complementaridade entre Democracia e Direitos Fundamentais dá-se desde a perspectiva dos processos racionais de sua fundamentação e aplicação. Os Direitos Fundamentais são exigência racional que integra o conceito de Democracia. A Democracia deixa de ser apenas o processo em que o direito e a política são determinados pelo povo: cabe-lhes também garantir ao povo determinados direitos que fundamentam os demais direitos e passam a integrar o

próprio conceito de Democracia: os Direitos Fundamentais. As ideias de autogoverno e de Direitos Fundamentais, que juntas definem a Democracia, têm sua raiz comum na ideia de autonomia da Razão, ou seja, na ideia de que a Razão pode governar nossas ações. Se a Razão fundamenta um regime (i) em que os destinatários da ordem jurídica devem ser obrigados pelas normas que eles dão a si mesmos (ii) e que garanta determinados direitos que não estão submetidos às maiorias ocasionais, então a Razão deve ter um papel na (a) justificação (ou fundamentação) e (b) na efetivação dos Direitos Fundamentais.

Essas duas tarefas serão implementadas em duas linhas de pesquisa diferentes. Importa também assinalar que as investigações sobre os empenhos de fundamentação e aplicação a um tempo racional e democrática dos Direitos Fundamentais são estudados especialmente no contexto brasileiro.

As Linhas de Pesquisa perseguem as duas vertentes da experiência racional-democrática dos Direitos Fundamentais: a legitimidade e a efetividade. A Linha de Pesquisa Legitimação racional-democrática dos Direitos Fundamentais explora a vertente da afirmação, da conquista dos direitos na argumentação público-democrática; a Linha de Pesquisa Efetivação jurisdicional, administrativa e social dos Direitos Fundamentais no Brasil, desenvolve a vertente da sua efetivação na realização concreta, por via administrativa, judicial e social, envolvendo a permanente reinvenção das leis e da Constituição.

Os dois processos estão interligados. Por isto, embora tenham contornos distintos nítidos, as duas Linhas de Pesquisa mantêm importantes pontos de contato assim como se procura, em todos os projetos de pesquisa e disciplinas, garantir diálogos que assegurem a unidade do Grupo de Pesquisa e uma comum referência de todas as Dissertações e produções científicas aos eixos estruturantes do Grupo de Pesquisa.

Rio de Janeiro, junho de 2017.

Professor Dr. Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno
Editor

Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho

Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Junior